

BREVE HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA DE UMA FLORESTA URBANA

BRIEF SURVIVAL STORY FROM AN URBAN FOREST

Juan Manuel Salmentón^A

 <https://orcid.org/0009-0006-1005-7846>
Correspondência: jsalmenton@gmail.com

Tamara Tania Egler Cohen^B

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-7343>
Correspondência: tamaraegler@gmail.com

^AMestrando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

^BProfessora titular do IPPUR /UFRJ, pesquisadora do CNPq e da FAPERJ, coordena o Laboratório Estado,
Sociedade, Tecnologia e Espaço e o INCT “Política Pública, Inovação e Desenvolvimento Urbano”.

DOI: 10.12957/cdf.2023.79728

Recebido em: 23 out. 2023 | **Aceito em:** 28 nov. 2023.

RESUMO

O objetivo proposto para análise é fazer um percurso histórico sobre a Floresta do Camboatá. Esse desafio resulta da nossa hipótese que observa um conflito entre diferentes agentes públicos e privados. Essa pesquisa nos permitiu resgatar esse processo que nos permitiu *ver ler* os principais fatos que antecedem o presente conflito entre os interesses de corporações internacionais associadas a transformação da Floresta em autódromo e a rede de cidadãos pelo direito a cidade. Historicamente foi possível observar como o entorno aos enclaves como o Rio de Janeiro, a expansão das atividades agrícolas e o crescimento urbano foi avançando sobre as florestas desde os tempos da colonização portuguesa. Assim, a Mata Atlântica ficou restrita aos pontos mais remotos e elevados da cidade, enquanto a sua variante de terras baixas – que possui áreas alagadas e diferenciadas espécies vegetais e animais – foi praticamente exterminada. O último remanescente das florestas ombrófilas de terras baixas no município carioca é a Floresta do Camboatá. Por meio de uma breve pesquisa histórica, retrocedendo no tempo até chegar ao século XVI, nossa análise pretende indagar sobre as diferentes formas espaciais e configurações sociais que se desenvolveram no território da Floresta do Camboatá. Uma floresta que nos últimos anos sobreviveu a uma nova empreitada: a tentativa de construção de um autódromo que implicaria seu desmatamento, repelida pela resistência social engajada na sua proteção.

Palavras-chave: história urbana; espaço geográfico; conflito ambiental; técnica

ABSTRACT

The objective is to analyze and make a historical journey about Floresta do Camboatá. This challenge results from our hypothesis that observes a conflict between different



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

public and private agents. This investigation allowed us to retrace this process that allowed us to see the main facts that precede or present conflict between the interests of international corporations associated with the transformation of Floresta in the autodrome and in the network of cities leading directly to the city. Around enclaves such as Rio de Janeiro, the expansion of agricultural activities and urban growth has been advancing over the forests since the times of Portuguese colonization. Thus, the Atlantic Forest was restricted to the most remote and elevated points, while its lowland variant – which has flooded areas and differentiated plant and animal species – was practically exterminated. The last remnant of lowland rain forests in the municipality of Rio de Janeiro is the Camboatá Forest. Through a brief historical research, going back in time until reaching the 16th century, our analysis intends to investigate the different spatial forms and social configurations that developed in the territory of the Camboatá Forest. A forest that in recent years has survived a new undertaking, the attempt to build a race track that would entail its deforestation, repelled by social resistance engaged in its protection.

Keywords: Urban history. Geographic space. Environmental conflict. Technique.

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é o espaço da Floresta do Camboatá, um raro remanescente da Mata Atlântica, infraestrutura verde fundamental para a resiliência climática da cidade do Rio de Janeiro. Esta floresta, mesmo reconhecida no Plano Diretor por seu valor ambiental, ecológico e paisagístico, e indicada como área a ser protegida no Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica, nos últimos anos correu o risco de ser desmatada pelas dinâmicas de transformação da cidade atreladas aos megaeventos esportivos.

Desde a colonização portuguesa, a expansão das atividades agrícolas foi avançando sobre a cobertura vegetal do litoral atlântico do Brasil. Mas vale salientar que a primeira atividade extrativista que se instalou no território, *Terra Brasilis*¹ nos primórdios da colonização, foi a exploração de uma árvore nativa da Mata Atlântica, a *Paubrasilia echinata*, o pau-brasil. Entre seus usos se destacava o naval, por conta da alta qualidade da sua madeira, mas principalmente teria sido utilizada para produzir corantes e tingir tecidos na Europa, pela sua resina de cor avermelhado intenso. Segundo estudiosos do assunto, substituiu corantes obtidos de uma árvore asiática

¹Atlas Miller, 1519. O mapa com o título “Terra Brasilis”, do cartógrafo português Lopo Homem e com ilustrações do miniaturista António de Holanda, faz parte do chamado “Atlas Miller”. Mostra a costa do Brasil e parte do Atlântico central.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. CARTOGRAFIA HISTÓRICA: DO SÉCULO XVI AO XVIII. TERRA BRASILIS. Em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>

similar. Seguidamente, as florestas foram devastadas em grande escala pela introdução da monocultura de cana-de-açúcar e, depois, especialmente durante o século XIX, pela monocultura do café. No entorno de cidades como o Rio de Janeiro, o crescimento populacional foi avançando para essas áreas, transformando em cidade a floresta que ainda sobrevivia no meio rural, e a Mata Atlântica ficou restrita aos pontos mais remotos e elevados, onde a instalação de habitações era menos viável. Assim, as florestas ombrófilas de terras baixas foram devastadas. O último remanescente dessa variante da Mata Atlântica no município carioca é a Floresta de Deodoro, conhecida também como Floresta do Camboatá.

Figura 1 – O processo de destruição da Mata Atlântica desde 1500



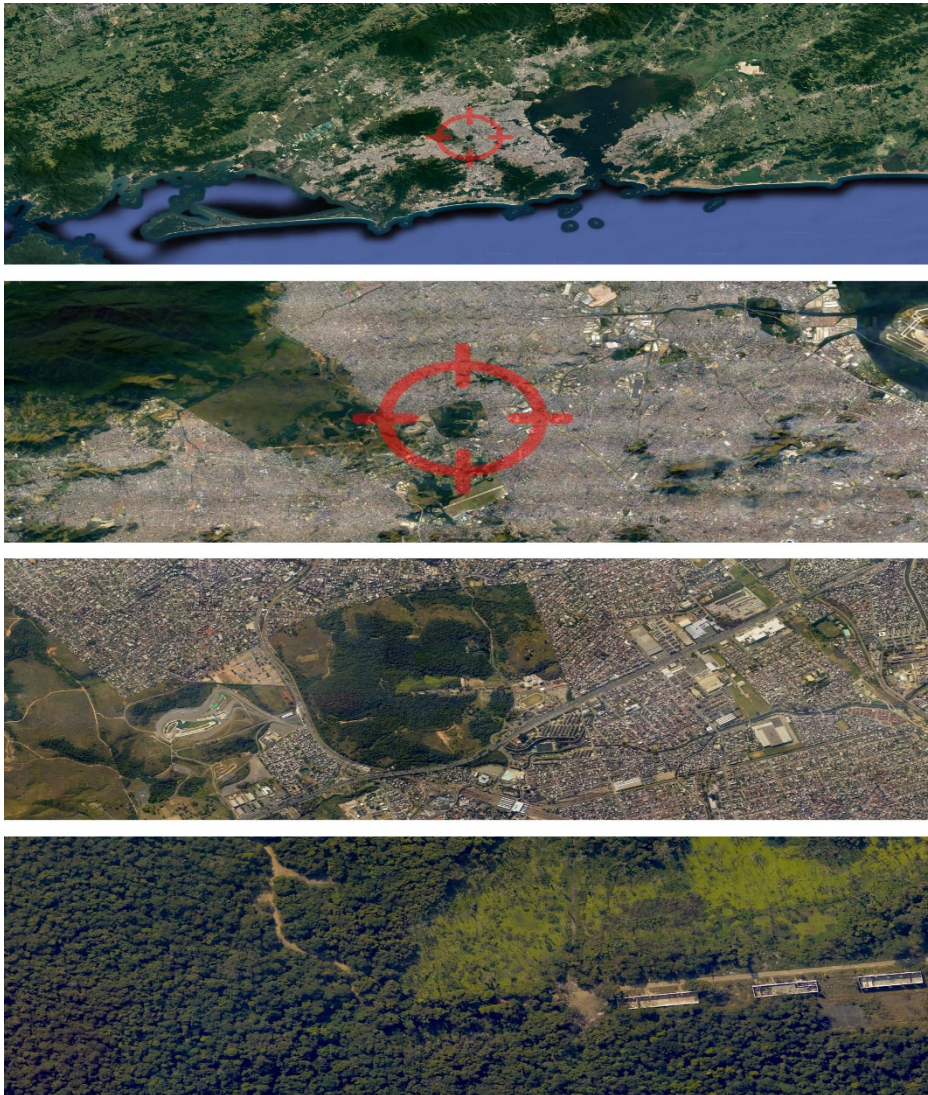
Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a: Carta do Brasil, 1565, Sebastião Lopes / SOS Mata Atlântica / O cambista e sua mulher, 1538, van Reyerswale.

Este artigo se insere numa pesquisa que tem por objeto o espaço da Floresta do Camboatá, focando no recente conflito entre dois interesses antagônicos e seus diferentes agentes de ação: interessados na sua conservação, ou interessados na sua substituição por um autódromo para o circuito internacional de Fórmula 1. Para construir esse novo autódromo seria necessário desmatar a floresta, iniciativa que enfrentou a resistência social engajada na luta pela sua proteção.

A Floresta do Camboatá ocupa hoje uma área de 194 hectares no bairro de Deodoro, no limite entre a zona norte e a zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Encontra-se apenas entre os 15 e 50 metros acima do nível do mar, sobre uma suave elevação conhecida como Morro de Camboatá, na região baixa entre as três grandes formações rochosas da cidade: Maciço da Tijuca, Pedra Branca e Mendanha (ou Gericinó). É uma área equivalente a 200 campos de futebol, três vezes maior que o Jardim Botânico da cidade, que acolhe um dos últimos traços das florestas ombrófilas de terras baixas, variante do bioma Mata Atlântica, no Município do Rio de Janeiro. As florestas de terras baixas possuem áreas alagadas e específicas espécies vegetais e

animais que as diferenciam das florestas altas como são a Floresta da Tijuca e as demais que podemos observar nos maciços e picos que definem a paisagem do Rio (Figura 2). Diferentes estudos ambientais têm apontado a existência em Camboatá de espécies de flora e fauna consideradas em risco de extinção. Entre as espécies ameaçadas, encontram-se o jacaré-de-papo-amarelo e o *leptopanchax opalescens*, conhecido como peixe das nuvens, declarado em perigo crítico de extinção (GATE-MPRJ, *Parecer do MPRJ*, 2020).

Figura 2 – Localização da Floresta do Camboatá



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a imagens de GoogleMaps, 2020.

A floresta encontra-se rodeada de uma infraestrutura urbana privilegiada no subúrbio da cidade, às margens do maior corredor viário do Rio de Janeiro, a Avenida Brasil. No seu entorno se desenvolve uma área densamente povoada que inclui, além de Deodoro, os bairros de Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Marechal Hermes e Vila

Militar. O professor Pedro Jorgensen Jr. destaca que a floresta se localiza na tríplice fronteira entre as zonas suburbanas norte e oeste do Município do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, vizinha aos municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita. Além da Avenida Brasil, faz limite com a mais importante ferrovia metropolitana, o Ramal de Japeri (Figura 3). Essa localização, de acordo com Jorgensen, lhe outorgaria a condição de Parque Metropolitano: mais de 1 milhão de habitantes de quatro municípios residem num raio de 5 km ao seu redor².

Figura 3 – Floresta do Camboatá e a infraestrutura metropolitana



Fonte: Pedro Jorgensen Jr. Em: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com/2020/09/bosque-de-camboata-rio-de-janeiro.html>

Além do seu potencial enquanto Parque Metropolitano, a preservação da floresta resulta como chave para essa grande área, que sofre pelas altas temperaturas no verão devido à sua situação entre maciços, sua distância do mar e a falta de áreas verdes significativas, entre outros fatores. A floresta encontra-se na mesma linha que Bangu, seguindo pelo Oeste, e Irajá, pelo Leste, dois dos bairros que disputam o título do mais quente da Cidade do Rio de Janeiro³. Sem a floresta, as altas temperaturas dos lugares que a circundam seriam ainda maiores. Há estudos feitos que provaram, por exemplo, os efeitos da Floresta da Tijuca no clima da zona sul, sem a qual essa região da cidade

² Blog "À beira do urbanismo". Floresta do Camboatá, Rio de Janeiro: Autódromo ou Parque Metropolitano? Pedro Jorgensen Jr. 30/09/2020. Em: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com/2020/09/bosque-de-camboata-rio-de-janeiro.html>.

³ Diário do Rio. *Conhecido como local mais quente do Rio, Bangu não quer perder o título para Irajá*. Larissa Ventura. 2/02/2021. Em: <https://diariodorio.com/conhecido-como-local-mais-quente-do-rio-bangu-nao-quer-perder-o-titulo-para-iraja/>

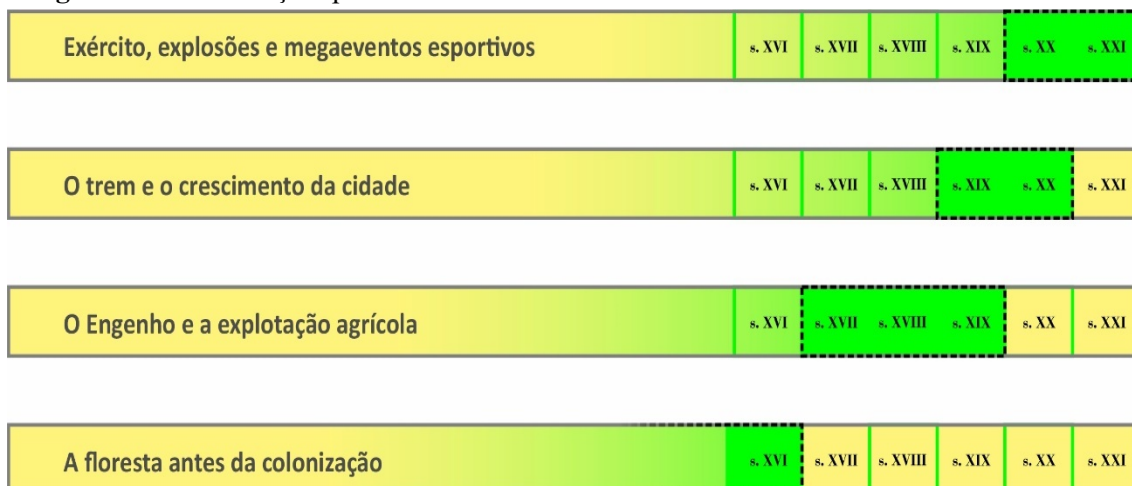
sofreria um incremento de até sete graus a mais no verão⁴. E não é de menor importância o fato de a sua área funcionar como uma verdadeira “esponja urbana” nas épocas chuvosas, impedindo o alagamento, em uma região baixa, das ruas circundantes.

Na pesquisa aplicamos o método desenvolvido por Ana Clara Torres Ribeiro, analisando a configuração do espaço a partir dos Fatos, Processos e Atores envolvidos, que foi continuado por Tamara Tania Egler Cohen através da conceitualização das redes sociotécnicas (Egler, 2007). Assim, indagamos sobre a possibilidade de existência de duas redes, a Rede do Autódromo e a Rede da Floresta, classificando seus atores em cinco categorias: i) conflito ambiental; ii) Estado; iii) megaeventos esportivos; iv) indústria automobilística; v) capital financeiro internacional.

Partimos da percepção de que na busca pelo exercício do direito à cidade, novas configurações coletivas propõem projetos de espaço urbano alternativos aos impostos tanto pelo Estado quanto pelas corporações empresariais, como pode ser o que inclui uma floresta se opondo ao projeto que implica seu desmatamento. A hipótese central da pesquisa na qual se insere este trabalho é indagar se as redes sociotécnicas – enquanto tecnopolíticas (Empoli, 2019) que conformam novos sujeitos coletivos (Sader, 1988), mediados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) –, por meio de sua ação, resistem aos interesses da globalização nos territórios. Desde o campo do Planejamento Urbano, e considerando a possibilidade de conformação de redes de práxis de resistência (Preciado, 2004) que se apropriam de técnicas usadas hegemonicamente para a dominação, nos perguntamos se a Rede da Floresta pode ser considerada como um novo tipo de organização social na busca da práxis do direito à cidade.

No presente artigo focaremos nos aspectos históricos do lugar, nos acontecimentos anteriores à eclosão do conflito entre a Rede do Autódromo e a Rede da Floresta. Por meio de uma breve pesquisa histórica, retrocedendo no tempo até chegar ao século XVI, nossa análise pretende desvendar as diferentes formas espaciais e configurações sociais que se desenvolveram nessa área da cidade. Para apresentá-las, foram separadas em quatro períodos (Figura 3), cada um com os diferentes Fatos, Atores e Processos detectados como imprescindíveis para a compreensão do espaço, ou do espaço-tempo.

⁴UFRRJ. *Deodoro ainda mais quente. Temperatura irá aumentar se autódromo for construído no lugar da floresta*. Michelle Carneiro. 20/08/2020. Em: <https://portal.ufrj.br/deodoro-ainda-mais-quente/>.

Figura 4 – Periodização: processos históricos da área da Floresta do Camboatá e seu entorno

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo.

2 EXÉRCITO, EXPLOSÕES E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Séculos XX e XXI. O grande número de instalações das Forças Armadas na floresta e principalmente no seu entorno indicam como essa área da cidade guarda uma intensa relação com a vida militar. No Relatório do Ministério da Guerra apresentado em maio de 1907 ao Presidente Alfonso Pena, o ministro marechal Hermes Rodrigues da Fonseca apontava a necessidade de implementar o serviço militar obrigatório no país e salientava que com isso vinha a necessidade de novos quartéis e campos de instrução militar. O marechal, sobrinho do primeiro presidente do país, marechal Deodoro da Fonseca, previa que novas instalações seriam necessárias para cobrir as “exigencias de conforto e de sociabilidade indispensaveis à vida dos conscriptos, entre os quais se encontrará o mais rude camponez com o mais culto intellectual” (sic) (Relatório do Ministério da Guerra, 1907, p. 4). Assim, propunha a construção de novos campos de instrução militar espalhados pelos estados, e para a Cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, determinava que as instalações seriam na Fazenda de Sapopemba, propondo a construção de uma vila militar com campos de exercício e material necessário à instrução prática dos novos soldados. Em 1908, a União iria adquirir a massa falida da Empresa Industrial Brasileira (sic), a Fazenda de Sapopemba⁵, correspondente à atual área de Deodoro, e a vizinha Fazenda de Gericinó, onde hoje encontramos o bairro Vila Militar (Relatório do Ministério da Guerra, 1909, p. 35).

⁵*Diário Oficial* - 5/12/1908, Página 8.145 (Publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7205-3-dezembro-1908-517239-publicacaooriginal-1-pe.html>

Para Nelson da Nobrega Fernandes, o espaço da Cidade do Rio de Janeiro tem sido extensamente marcado pelas instituições militares. O auge dessa particular dinâmica urbana teria ocorrido precisamente na primeira metade do século XX, acompanhando o processo de modernização das Forças Armadas e seu protagonismo político na cidade, com a fixação de mais de um quarto do total dos efetivos no Rio de Janeiro. Para o autor, a construção de diversas vilas e instalações durante esse período fez parte do projeto de reorganização das Forças Armadas brasileiras, que teria começado a ser esboçado com a Proclamação da República (Fernandes, 2006).

Nas últimas décadas do século XX e até hoje, a área da floresta tem sido usada como área de treinamento do Exército, conformando no lugar o “Centro de Instrução do Camboatá”, especificamente para treinamento militar na floresta. Foi popularizado entre as tropas como “o Camboja brasileiro”. Mas nas décadas de 1940 e 1950 o terreno da floresta abrigava o Depósito Central de Material Bélico do Exército. Foi em Camboatá que ocorreu o episódio conhecido como a “explosão do paiol de Deodoro”, na madrugada de 2 de agosto de 1958, pouco depois da Copa do Mundo, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Sessenta depósitos de armamento (10 paióis e depósitos de petardos) explodiram causando grande comoção (Figura 6). O episódio ficou conhecido como um dos maiores marcos na história do subúrbio da cidade, em plena Guerra Fria, e chegou a ser atribuído ao governo de Moscou pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, notório anticomunista. O jornal chegou a noticiar a prisão de “comunistas suspeitos” pela explosão, falando de uma conspiração que teria como objetivo a explosão da cidade inteira a partir do paiol de Deodoro (Nascimento, 2015).

A explosão de 1958 é a mais conhecida, mas não foi a primeira em Camboatá. Existem registros de uma grande explosão no dia 15 de abril de 1948, e uma posterior, no 2 de outubro de 1958. Na verdade, conseguimos encontrar registros de paióis explodindo pelo menos desde 1913⁶, que na imprensa apareceram associados ao levantamento de soldados pelas condições de miséria às quais eram sometidos (Figura 5). As explosões chegaram a ferir aquartelados e civis do entorno, incluindo crianças.

⁶*Jornal A Época*: O levante militar em Deodoro. 6/03/1913. Em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720100&pagfis=1850&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Figura 5 – Explosões causadas por soldados em Deodoro



Fonte: Jornal A Época, 6/03/1913. Biblioteca Nacional.

Figura 6 – Explosão do paiol de Deodoro em 1958



Fonte: Jornal O Cruzeiro, 16/08/1958.

<https://saibahistoria.blogspot.com/2018/04/explosao-do-paiol-no-bairro-de-deodoro.html>TV

A sucessão de explosões ao longo do século XX causou verdadeiro pânico na população da região, como pode ser comprovado através da imprensa da época. Ainda

hoje, mesmo sem paíóis, se fala da possibilidade de haver ali explosivos não detonados, o que significaria um alto risco. No ano de 2012, um soldado foi vítima mortal de uma granada no campo de instruções de Camboatá quando acendia uma fogueira na mata durante seu treinamento, o que feriu também outras dez pessoas. As perícias concluíram que o artefato que provocou a explosão estava no local há pelo menos cinco décadas (Nascimento, 2015).

Durante todo o século XX, particularmente na segunda metade, e nos primeiros anos do século XXI, a vigilância do Exército e os receios da população permitiram um processo de recuperação natural da vegetação da floresta. No ano de 2012, o Exército acordava transferir a posse do território da Floresta do Camboatá à Secretaria de Patrimônio da União, o que de fato não aconteceu, para posteriormente passar a titularidade ao Ministério do Esporte⁷. Foram transpassados ao Exército, entre 2014 e 2018, mais de 120 milhões de reais dos cofres públicos para o ressarcimento pela realocação das instalações e moradias dos militares da área da floresta e pelo trabalho de “detecção, varredura, limpeza e neutralização de artefatos de natureza militar”, segundo consta no Diário Oficial e no levantamento do jornalista investigativo Lucio de Castro⁸.

Essa transferência visava à construção do autódromo, que naquele primeiro momento foi planejada como uma parceria entre o Ministério do Esporte, o Exército e o governo do estado. O autódromo não foi construído, mas desde os primeiros anos do século XXI, e até 2016, ano dos Jogos Olímpicos na cidade, uma importante inversão de capital era destinada ao posicionamento estratégico da região de Deodoro através da construção de outras novas infraestruturas. O Parque Olímpico de Deodoro foi o segundo maior centro de competições das Olimpíadas na cidade (Figura 7), depois do Parque Olímpico da Barra, abrigando 11 esportes olímpicos e 4 paraolímpicos. Não foi construído do zero, pois já contava com áreas de competição construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e para os Jogos Mundiais Militares de 2011⁹. O envolvimento

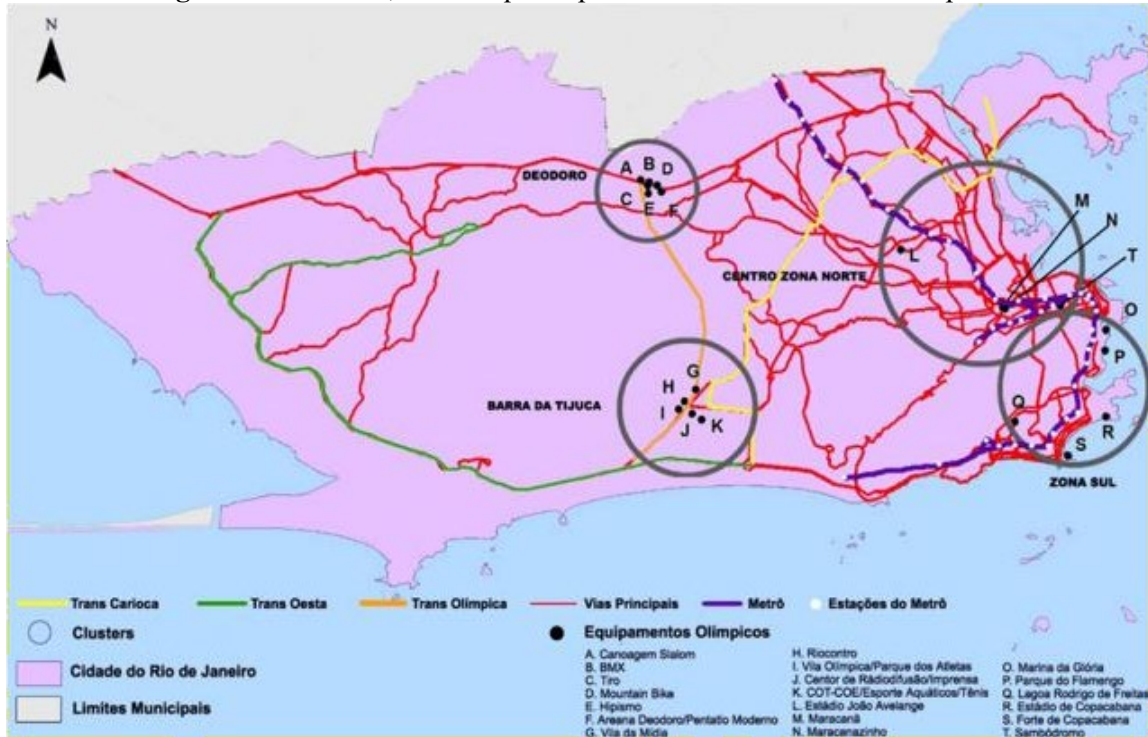
⁷UOL. Olhar Olímpico. Área de autódromo do Rio tem imbróglgio entre Exército, Esporte e Prefeitura. Demétrio Vecchioli. 22/05/2019.

⁸SPORTLIGHT Agência de Periodismo Investigativo: Exército já recebeu o equivalente a mais de R\$ 120 milhões da União por autódromo onde Bolsonaro garante não usar dinheiro público. Lúcio de Castro. 17/10/2019. Em: <https://agenciasportlight.com.br/index.php/2019/10/17/exercito-ja-recebeu-o-equivalente-a-mais-de-r-120-milhoes-da-uniao-por-autodromo-onde-bolsonaro-garante-nao-usar-dinheiro-publico/>.

⁹Esporte Alternativo. Paes inaugura obras em Deodoro e batiza: "Olimpíadas das Olimpíadas". 3/07/2014. Em: <https://esportealternativo.com.br/direto-da-rio-2016/paes-inaugura-obras-em-deodoro-e-batiza-olimpiadas-das-olimpiadas.html>.

das Forças Armadas resulta como chave para compreender a configuração espacial de Deodoro e entender o projeto global no qual se insere o próprio projeto do autódromo.

Figura 7 – Deodoro, um dos quatro polos de desenvolvimento olímpico



Fonte: *A Rede Olímpica nos Jogos do Rio de Janeiro*. (EGLER, DA SILVA, KRAUS, 2017).

Fonte Original: IPP, 2016; Comitê Olímpico, 2016.

Frank Davies (2020) destaca que a área de Deodoro e seus bairros vizinhos é marcada pela intensa e dispersa presença das organizações do Exército brasileiro, condensando o maior aquartelamento da América Latina. Para a sua tese de doutorado, o autor acompanhou dinâmicas que envolveram agentes da prefeitura, do Exército, empresas construtoras e moradores organizados na preparação de Deodoro como “região olímpica”. O escopo da sua pesquisa abrangeu, além do bairro de Deodoro, os bairros vizinhos de Vila Militar e Realengo. Através da análise da produção do espaço nessa área da cidade, Davies comprova a participação de agentes militares em posições de liderança na administração estatal como parte da vida política brasileira contemporânea. Davies pesquisou sobre uma iniciativa organizada desde 2012 pelos moradores de Realengo para a criação de um “parque verde” num lote administrado pelo Exército, que tinha albergado uma fábrica de cartuchos por 80 anos e estava sem uso há mais de quatro décadas. Ao parque, objetivo da luta dos moradores, tinham-lhe dado um nome, que fazia parte da identidade coletiva e simbolizava a sua luta: “Realengo Verde”. O autor se debruça sobre como essa iniciativa foi inviabilizada e seu

nome usurpado pelo comando militar, mais especificamente pelo comando da 1ª Região Militar (1ª RM).

A 1ª RM é uma das 12 regiões militares do Exército brasileiro e possui jurisdição sobre os estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo. É conhecida como Região Marechal Hermes da Fonseca, em homenagem ao comandante dessa RM entre 1904 e 1906, que também fora presidente do país entre 1910 e 1914. A origem da 1ª RM remonta à criação do 4º Distrito Militar, pelo Decreto N. 431, de 2 de julho de 1891, do então Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca, que dividiu o território brasileiro em sete Distritos Militares. Em 1919, logo após a I Guerra Mundial, o 4º Distrito Militar passou a ser denominado por 1ª Região Militar¹⁰.

Para Davies, o terreno de Realengo revela como comandos do Exército têm sido agentes da produção do espaço urbano, e destaca como o Rio de Janeiro dos megaeventos, e particularmente Deodoro como “região olímpica”, seriam casos bons para indagar sobre tal agenciamento. No ano 2015, em pleno contexto de preparação da cidade para os megaeventos, os militares responsáveis pela área pretendida para o parque verde em Realengo apresentaram um projeto de repasse do lote para o investimento privado, inviabilizando a proposta dos moradores. O Exército pretendia destinar o lote à construção de um condomínio residencial, que denominaram “Realengo Verde” (Figura 8). Uma iniciativa imobiliária a ser construída e vendida por uma fundação e bancos ligados aos militares: a Fundação Habitacional do Exército (FHE) e a sua entidade mantenedora, a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX). Ambas as entidades do sistema financeiro, em teoria, independentes do Exército, mas que estão fortemente vinculadas a ele. Por atribuição legal, oferecem imóveis e financiamento à moradia para militares e, além disso, estão dirigidas por generais da reserva. Assim, observamos vínculos de continuidade entre essas instituições (Davies, 2020).

¹⁰Exército Brasileiro. *Histórico. 1ª Região Militar. Região Marechal Hermes da Fonseca*. Em: <http://www.1rm.eb.mil.br/historico>

Figura 8 – O projeto condomínio “Realengo Verde”

Fonte: POUPEX. Em: <https://www.poupex.com.br/geren/empreendimento/residencial-realengo-verde/>

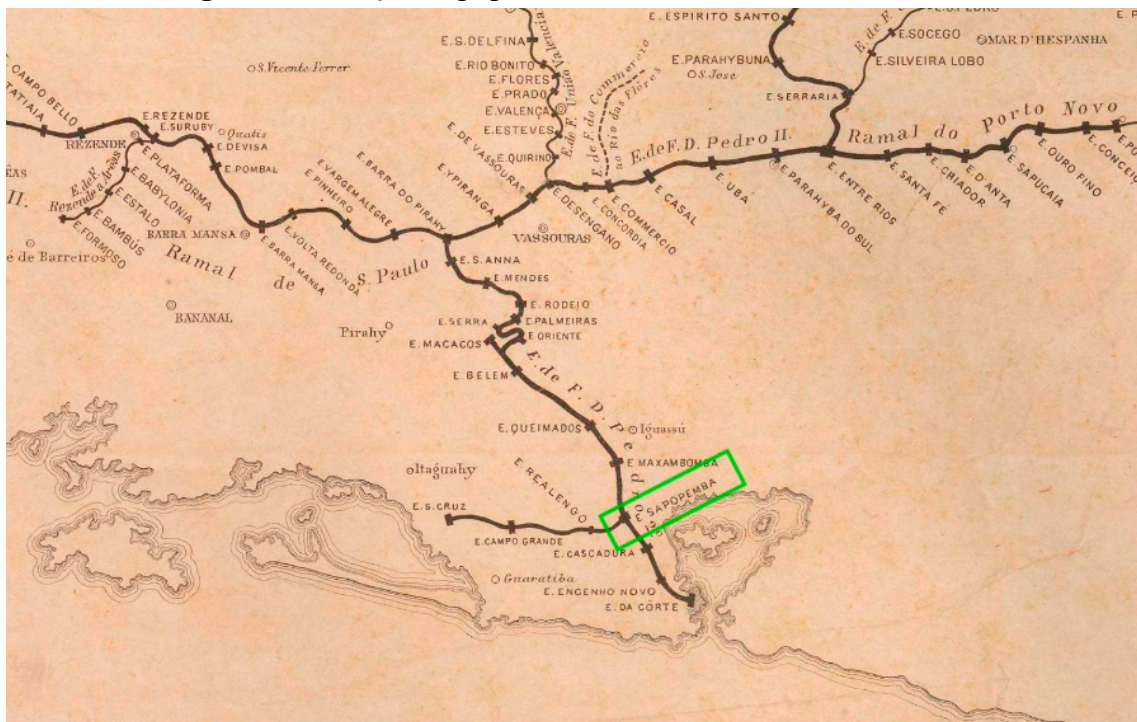
Davies analisa os alcances e possibilidades que autoridades das Forças Armadas têm encontrado para a gestão de bens e imóveis públicos recorrendo a brechas jurídicas que permitem a doação, a permuta e a venda de terrenos. A disputa envolvendo o terreno de Realengo se assemelha à de outros terrenos negociados pelos comandos do Exército com a FHE e a POUPEX. Davies destaca a reatualização das práticas autoritárias da ditadura civil-militar, expressas através das decisões judiciais recentes, a favor de validar leis como a Lei Especial n. 5.661 de 1970, à qual a FHE e a POUPEX têm recorrido sistematicamente para efetuar os repasses de imóveis em poder dos militares. A FHE dispõe – dentre as modalidades de oferta habitacional, além de crédito financeiro – de um catálogo imobiliário próprio, com condomínios residenciais edificadas em áreas cedidas ou permutadas com as Forças Armadas. Por meio de transações entre Exército e FHE, autoridades militares vendem terrenos públicos e participam diretamente do investimento realizado, conformando-se como atores do capital urbano e desempenhando o papel de incorporadores fundiários nas cidades brasileiras (Davies, 2020).

3 O TREM E O CRESCIMENTO DA CIDADE

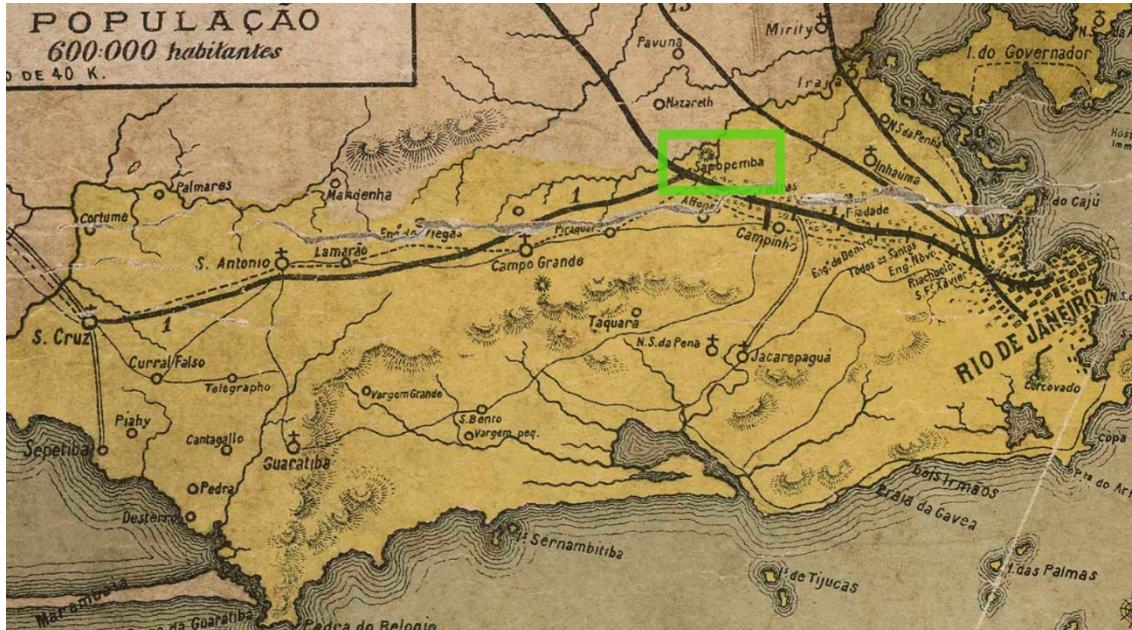
Séculos XIX e XX. A configuração histórica do subúrbio carioca, e em particular dessa área da cidade, encontra-se enlaçada ao desenvolvimento ferroviário. A

meados do século XIX, através de um investimento de capital inglês, a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II fez com que as terras mais distantes do centro da cidade se transformassem e suas características rurais começaram a mudar, dando espaço para outras atividades econômicas. As chácaras e sítios, resquícios das antigas fazendas coloniais, começaram a ser espaços urbanizados para dar lugar de habitação ao crescente proletariado carioca. Nas terras que pertenciam então ao Barão de Mauá, inaugurou-se em 1859 a Estação Sapopemba (Figuras 9 e 10), hoje Estação Deodoro, uma das primeiras estações ferroviárias do Brasil (Santos, 2011). As zonas norte e oeste se expandiram seguindo a direção do trem, que ainda hoje continua sendo um dos principais meios de transporte para grande parte da população do subúrbio carioca.

Figura 9 – Estação Sapopemba no sistema ferroviário nacional



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a Mapa de Estações da Estrada de Ferro, ano 1880, acervo da Biblioteca Nacional.

Figura 10 – Estação Sapopemba no sistema ferroviário municipal

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a Mapa de 1888, acervo da Biblioteca Nacional.

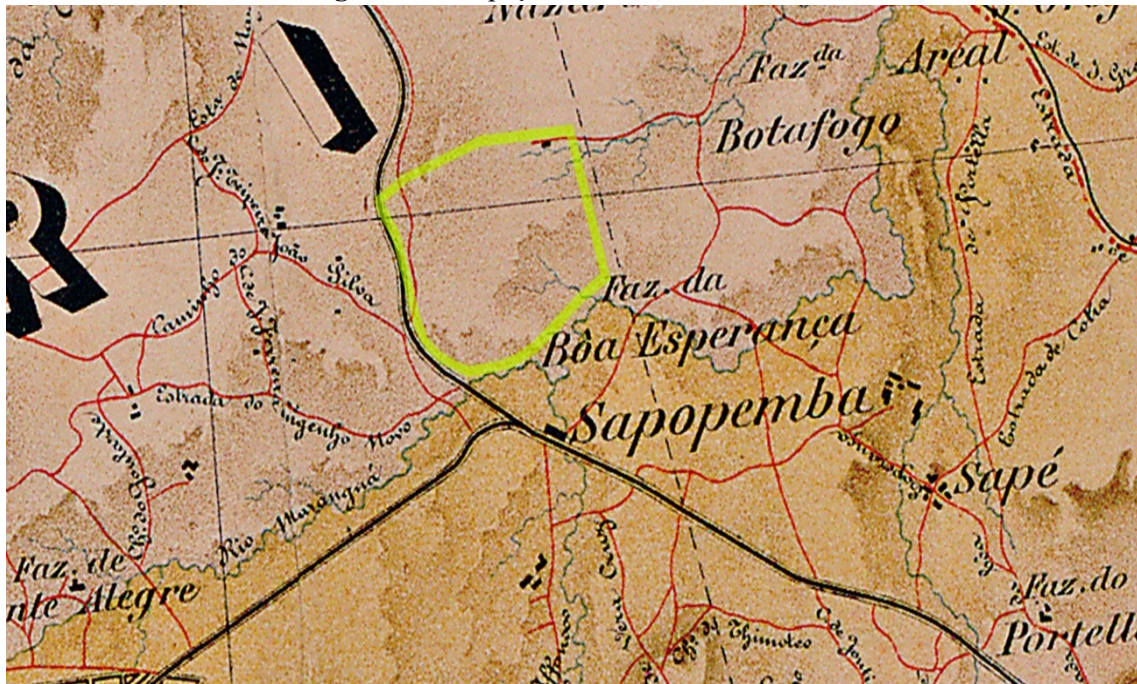
A Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, fundada por Paulo de Frontin em 1890, vinculada à construção de estradas de ferro e “melhoramentos” urbanos e portuários, inaugurou o primeiro trecho da Estrada de Ferro Melhoramentos em novembro de 1893, ligando as estações de Mangueira e Sapopemba. Nessa época, a Estação de Sapopemba já se encontrava vinculada ao centro da cidade pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II, renomeada em 1889 com a Proclamação da República. Mas podemos considerar a nova linha, a Estrada de Ferro Melhoramentos, como estritamente suburbana, tendo então como estação final Sapopemba, enquanto a E. F. Central do Brasil conectava o Rio de Janeiro com outras cidades, conformando um eixo de caráter nacional. Em 1903, a E. F. Melhoramentos foi incorporada à E. F. Central do Brasil e passou a se chamar Linha Auxiliar. Durante o desenvolvimento do trem como transporte público urbano, mais ferrovias foram incorporadas a essa linha e novos ramais foram construídos, dando origem à Rede de Viação Fluminense. A Linha Auxiliar se consolidou como tronco principal desse sistema ferroviário urbano (Rodriguez, 2004).

O trem foi funcional às profundas transformações que atravessaram a cidade no início do século XX, e particularmente a Linha Auxiliar, quando o prefeito Pereira Passos pretendia transformar a então capital da República em uma cidade mais “civilizada”, nos padrões europeus de desenvolvimento urbano. A primeira grande modificação do centro, conhecido como “bota-abaixo”, quando bairros foram destruídos

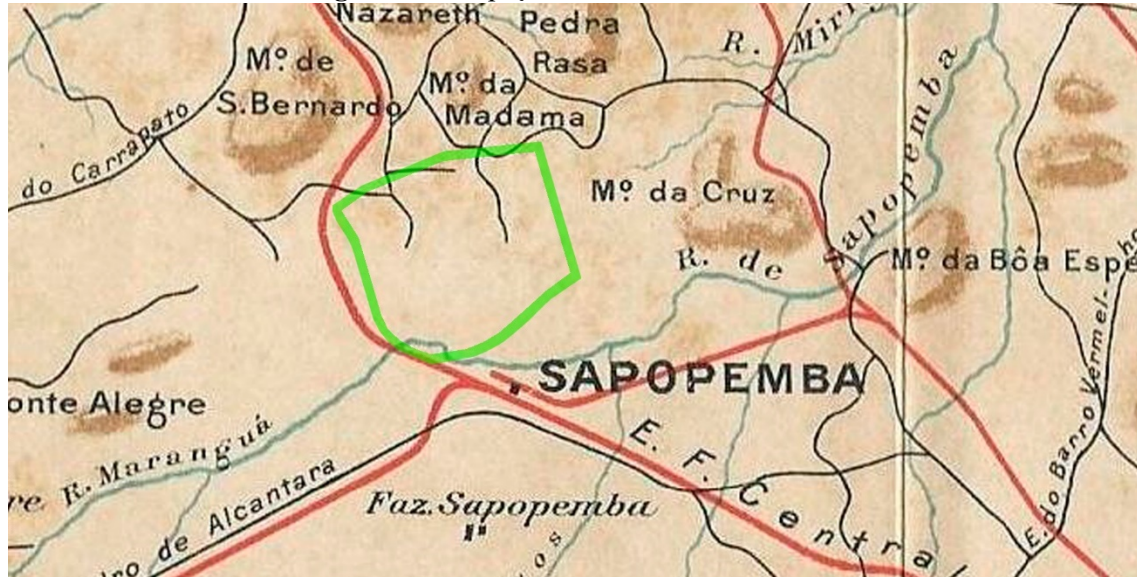
para abrir novas avenidas, expulsou do centro uma grande proporção de moradores. Enquanto os moradores mais pobres migraram para os morros próximos, uma importante porção da classe média em ascensão instalou-se nos bairros próximos à cidade, seguindo o eixo das estações ferroviárias (Benchimol, 1992).

A Estação Ricardo de Albuquerque, a seguinte à Sapopemba no ramal rumo ao noroeste, foi inaugurada em 1913. O traçado do ramal acompanhou o já existente, da E. F. Central do Brasil, que bordeava a Floresta do Camboatá (Figuras 11 e 12) e se estendia além, até outras cidades. Na mesma época, um novo ramal da Rede de Viação Fluminense tinha se consolidado sobre a linha que se desviava desde Sapopemba em direção ao oeste, conectando mais eficientemente à então recente concentração de construções militares. A Estação Vila Militar foi inaugurada em 1910.

Figura 11 – Espaço da Floresta da Camboatá

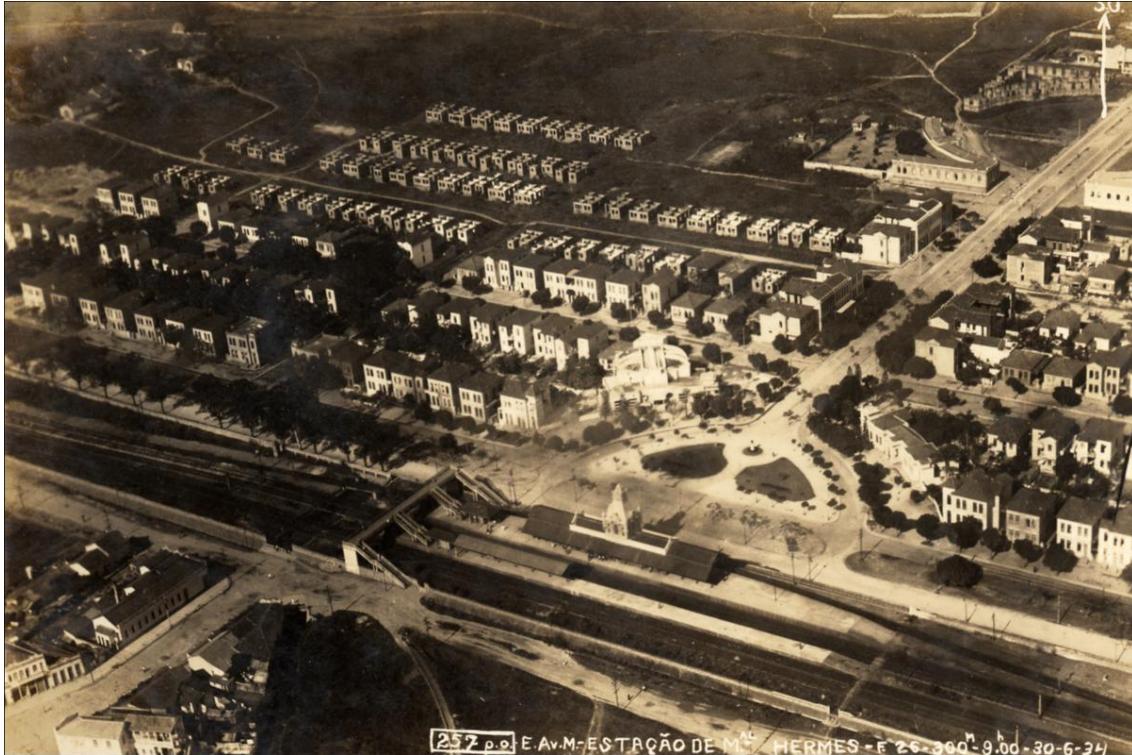


Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a Mapa do Município Neutro, circa. 1870, acervo da Biblioteca Nacional.

Figura 12 – Espaço da Floresta da Camboatá

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a Mapa de 1907, imagem Original em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/deodoro.htm

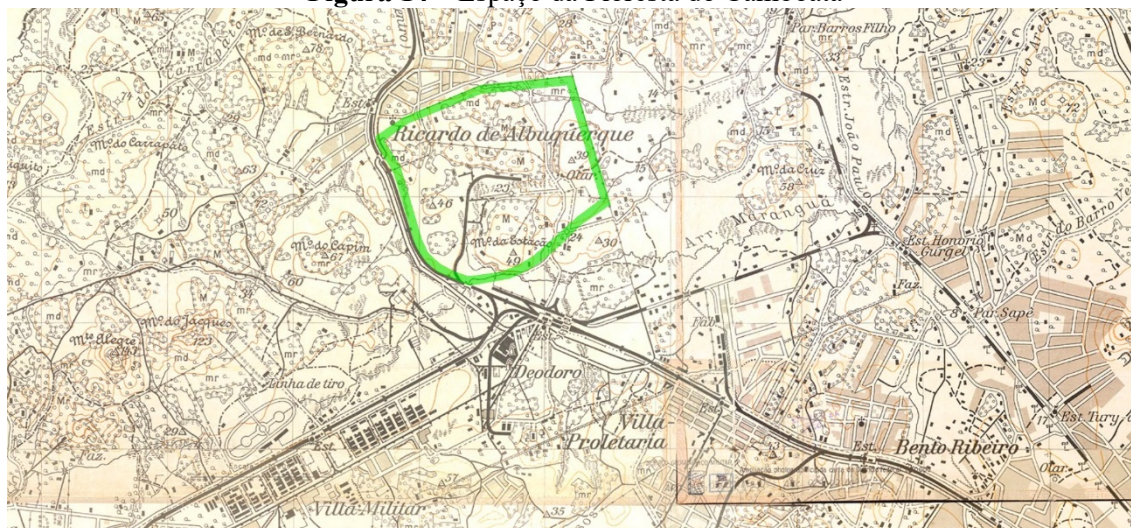
A estação anterior à Sapopemba, vindo do Centro, Estação Marechal Hermes, também foi fundada em 1913. Fazia parte do projeto “Vila de Sapopemba”, que já nos seus alvares mudou sua denominação para “Vila Proletária Marechal Hermes” (Figura 13), em homenagem a seu principal promotor. O projeto foi promovido pelo então Presidente da República, o militar Hermes da Fonseca, que determinou sua construção na primeira década de 1900. Teve sua pedra fundamental lançada propositalmente no Dia do Trabalhador, o 1º de maio de 1911. Foi o primeiro bairro no Brasil a ser implantado como uma “vila proletária” e planejado para ser estritamente residencial, com direito à infraestrutura e serviços públicos (IRPH, 2016).

Figura 13 – Fotografia aérea da Estação e Vila Marechal Hermes, 1934

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Podemos concluir então que a Estação Sapopemba, a atual Estação Deodoro, se constituiu de certa forma e por um breve período, entre 1893 e 1910, como o ponto final da rede de estações de trem de caráter suburbano, em contínua expansão, que guiava o crescimento e o adensamento da cidade em direção ao norte e ao oeste. Nesse período se consolidava a forte presença militar na região, como indica a construção da estação e bairro Vila Militar na primeira década do século XX.

Podemos especular que o adensamento na urbanização que seguiu à inauguração da Estação Ricardo de Albuquerque viu-se limitado pelo terreno onde se desenvolve a floresta, que então já estava em poder do Exército. Assim, nesse enorme terreno à borda da estrada de ferro, entre as estações Sapopemba e Ricardo de Albuquerque, não foram abertas novas ruas nem construídas habitações, como acontecia com todas as áreas contíguas ao traçado da linha ferroviária. No plano de 1922, “Carta do Distrito Federal”, do Serviço Geográfico Militar, o ponto mais alto da floresta, a sutil elevação conhecida como Morro do Camboatá, aparece como “Morro da Estação” (Figura 14).

Figura 14 – Espaço da Floresta do Camboatá

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a “Carta do Distrito Federal”, 1922, acervo da Biblioteca Nacional.

4 O ENGENHO E A EXPLOTAÇÃO AGRÍCOLA

Séculos XVII, XVIII e XIX. Retrocedendo mais no tempo, encontramos que no século XVII a região do atual Deodoro e seus bairros vizinhos, então uma região rural, pertenciam à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, fundada em 1647. A região já era conhecida pelo Engenho de Sapopemba, que produzia açúcar, rapadura e aguardente, fundado antes do que a própria freguesia, em 1612, por Gaspar da Costa. Existem registros de que o Engenho de Sapopemba contava com sua própria capela em 1794, Capela São João Batista, administrada pela então proprietária Dona Anna Maria de Jesus, vinculada à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Em registros do ano 1778, o engenho já aparece como propriedade de Dona Anna Maria de Jesus, liderando entre os engenhos de toda a Freguesia de Irajá em números de produção de açúcar e quantidade de trabalhadores escravos, contando com 80 pessoas escravizadas (Silva, 2017). No século XVIII, as fazendas da freguesia continuavam cultivando cana-de-açúcar, mas também frutas e hortaliças para abastecer os mercados da cidade do Rio de Janeiro. A produção era transportada pela estrada que ligava Santa Cruz ao Centro, e por via fluvial através de alguns rios da região (Ferreira, 2018).

A devastação da Mata Atlântica, para instalar os engenhos e suas plantações de cana-de-açúcar, caracterizava a ocupação da região desde o final do século XVI. Mas podemos encontrar indícios de que não necessariamente toda porção de floresta era

destruída. Segundo o relato da inglesa Maria Graham¹¹, que fizera uma viagem pela região em 1823, descrevendo a Fazenda dos Afonsos, "[...] só uma pequena porção da fazenda, porém, é realmente cultivada. O resto está ainda coberto com a floresta primitiva". A Fazenda dos Afonsos, na área do atual Campo dos Afonsos e do bairro Jardim Sulacap, era vizinha ao Engenho de Sapopemba. Podemos supor que no engenho se mantinham também algumas porções de floresta virgem, evitando o desmatamento total, o que teria possibilitado a recuperação florestal na área de Camboatá a partir do momento em que a área deixou de abrigar atividades agrícolas para ser utilizada pelo Exército.

Figura 15 – "*Brasilise suyker werken*". Simon de Vries, 1682



Fonte: WikiCommons. Em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasilise-Suykerwerken-Johannes-Ribbius.jpg>

O Engenho de Sapopemba foi passando por vários donos e um dos últimos foi o Barão de Mauá, que na época da expansão ferroviária articulou com o poder do Império para ter um ramal próprio. O barão vinculava assim suas terras diretamente à estrada de Ferro Dom Pedro II, tendo a produção conectada por via direta ao porto da cidade, de onde era exportada para a Europa. Ele também era o proprietário da vizinha Fazenda Gericinó, que ocupava a área da atual Vila Militar, aproximadamente desde a metade do século XIX até sua morte em 1889. Os canaviais se encontravam na Fazenda Gericinó, e a colheita de cana era trasladada ao Engenho de Sapopemba para seu processamento

¹¹Ver: Diário de uma viagem ao Brasil, de Maria Graham, 1824, primeira edição traduzida para o português em 1956, sendo reeditada em 1990 pela Edusp/Itatiaia. Referência em: <http://jardimsulacapbairrosustentavel.blogspot.com/p/1800-em-1810-teve-inicio-construcao-da.html>.

(Figura 16). Esse fato poderia oferecer indícios de que a área da Floresta de Camboatá tenha permanecido preservada na época, levando em conta que perto dessa área encontravam-se as edificações do engenho, mas não os canaviais. A ocupação do solo nas áreas de engenho, com prédios espalhados, tem a característica de ser uma ocupação mais pontual e menos arrasadora da mata nativa do que a devastação do solo para a monocultura, nesse caso, de cana.

Figura 16 – Atuais bairros Vila Militar e Deodoro, antigas Fazendas Gericinó e Sapopemba



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a GoogleMaps 2023.

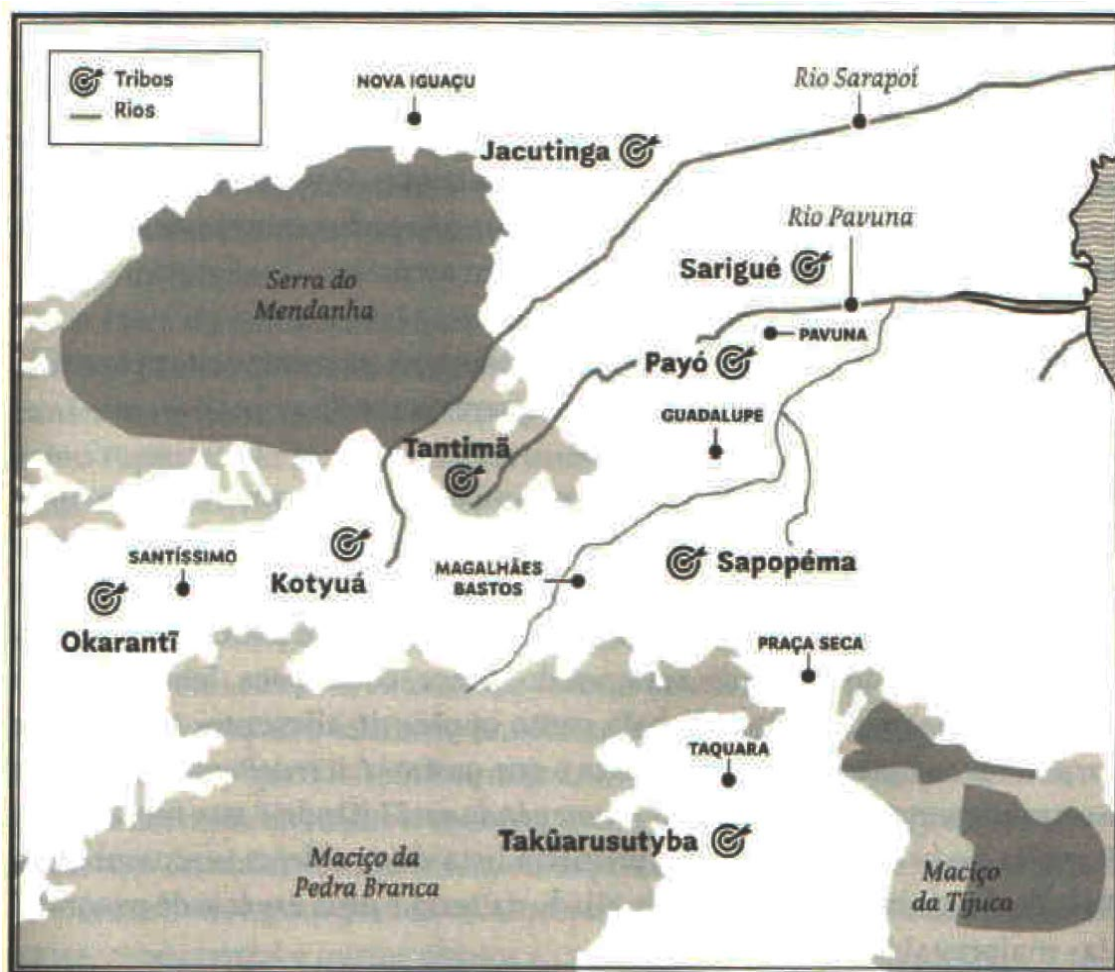
Aparentemente, o Engenho de Sapopemba se manteve em funcionamento contínuo até o início do século XX, quando as terras do engenho, junto com as da Fazenda Gericinó, então pertencentes ao Conde Sebastião do Pinho, foram arrematadas pelo Banco do Brasil. O engenho era então conhecido como Fazenda Sapopemba. O Banco do Brasil repassou as propriedades ao então Ministério da Guerra. Assim encerrava-se o período agroexportador dessas terras e iniciava-se o período de ocupação militar, que chegou até nossos dias.

5 A FLORESTA ANTES DA COLONIZAÇÃO

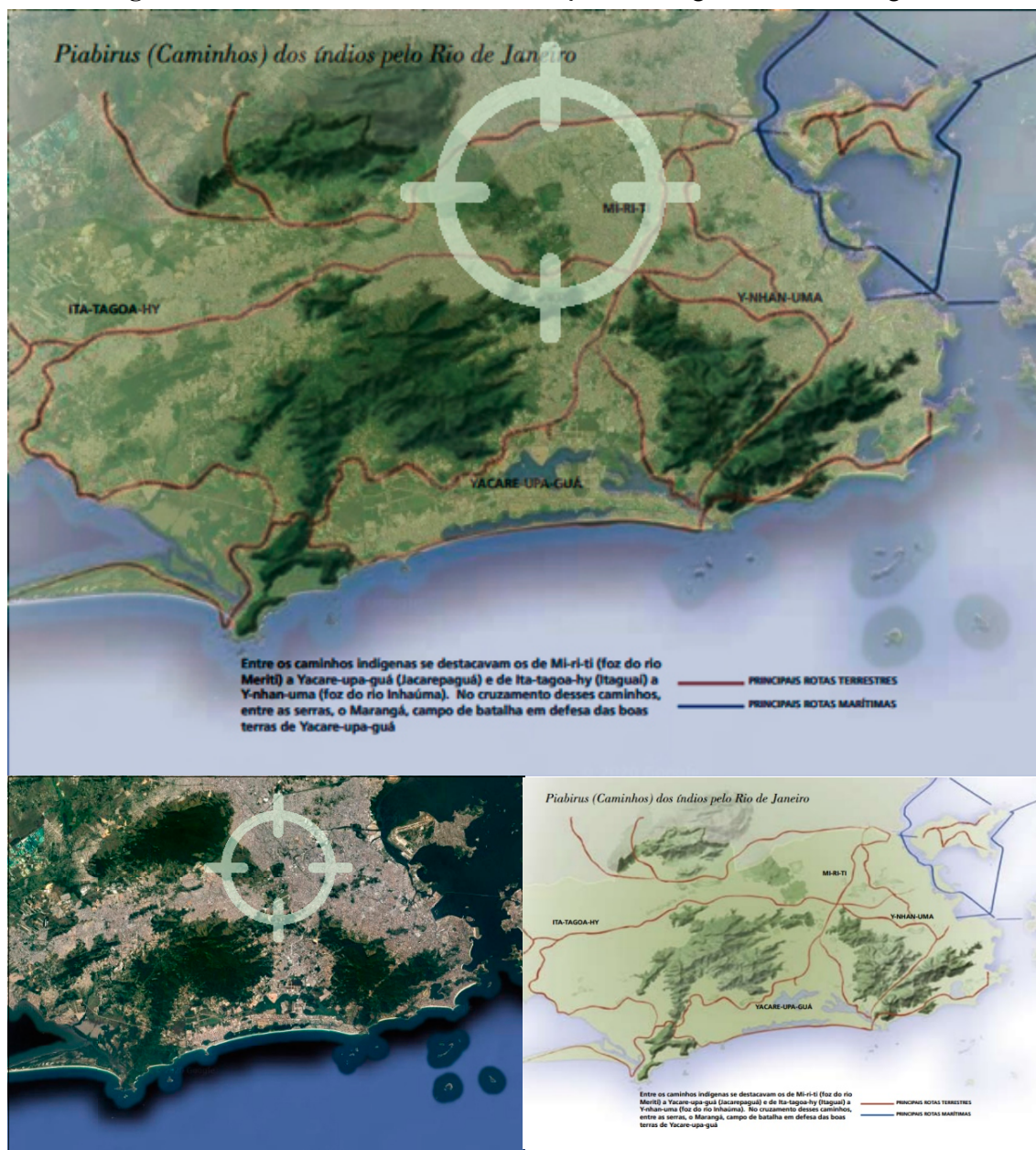
Século XVI. Se retrocedemos ainda mais na história do lugar, até antes da chegada dos europeus, podemos observar que a Floresta de Camboatá fazia parte do habitat indígena dos tupinambás, os tupis e os tamoios. Sapopéma era o nome de uma aldeia às margens do Rio Sacapema (Figura 19), núcleo populacional tamoio vinculado a várias outras aldeias da região (Figura 17) que faziam uso de uma rede de caminhos terrestres que seriam depois conquistados pelos colonizadores. Um antigo caminho indígena (Ita-tagoa-hy) atravessava a região e conectava a atual Santa Cruz ao que logo seria o centro da Cidade do Rio de Janeiro, nas bordas da Baía da Guanabara (Figura 18). Na época da cidade como capital do Império português, esse caminho daria lugar à Estrada Real. A maioria das aldeias indígenas se localizava nas bordas dos rios, obtendo alimentação através da pesca nos afluentes da região. Estavam vinculadas, para além dos caminhos terrestres, por caminhos fluviais, que as conectavam, através de diversos rios, ao sistema fluvial da baía (Silva, 2015).

Embora os povos originários praticassem a agricultura, suas técnicas de exploração dos recursos naturais diferiam muito das formas que se instalaram com a colonização, quando se definira o posicionamento do Brasil no mercado internacional como grande exportador de produtos tropicais. É na colonização que a região que estamos analisando é incorporada a um sistema internacional, que o território em questão se integra a um sistema de comércio de caráter mundial, transatlântico, com produtos como o açúcar abastecendo países europeus.

Figura 17 – Sapopéma, entre as aldeias indígenas na região, do lado oeste do Rio Meriti, afluente do Rio Pavuna.



Fonte: Livro “O Rio antes do Rio”, Rafael de Freitas da Silva, 2015.

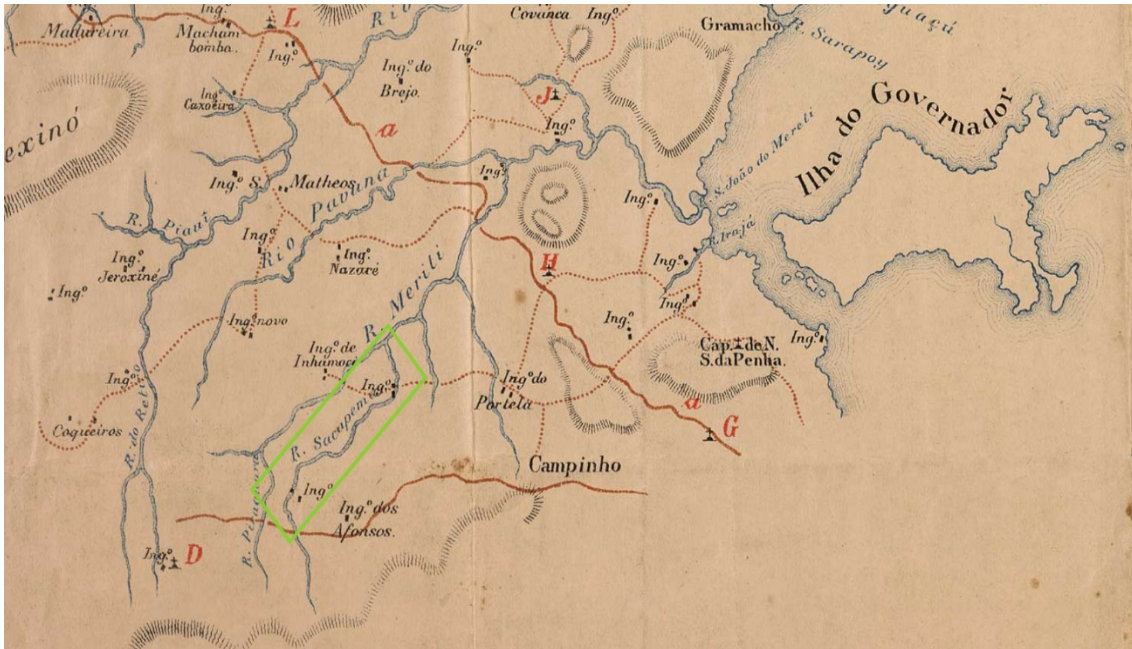
Figura 18 – Floresta do Camboatá em relação aos antigos caminhos indígenas

Fonte: Elaborada pelo autor deste artigo em base a GoogleMaps 2023 e a mapa do livro “Mercadão de Madureira: Caminhos de Comércio”, Ronaldo Luiz Martins, 2009.

No processo de colonização, conjuntamente com o poder militar português, a Cidade do Rio de Janeiro e seus territórios circundantes se estruturaram nas freguesias, essa particular articulação de poder no território, entre a Coroa e a Igreja Católica. As congregações religiosas lideravam a ocupação dos territórios indígenas, implantando uma sociabilização fortemente vinculada à autoproclamada superioridade civilizatória da raça branca e da religião católica, em adesão a um regime de opressão e trabalho forçado, ao que somavam a evangelização dos povos originários. Num processo secular, esses religiosos foram demonizando a cultura, as crenças e a espiritualidade dos

moradores originários por meio de um processo de apagamento que chegou até nossos dias, parte do desenrolar da apropriação das terras indígenas que no Brasil nunca acabou.

Figura 19 – Rio Sacapema



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo em base a mapa de 1911 segundo Carta Topográfica de 1967, acervo da Biblioteca Nacional.

O Rio de Janeiro, fundado em 1565 por Estácio de Sá, assistiu à criação de uma elite senhorial nas primeiras décadas de sua existência como cidade colonial portuguesa. A cultura canavieira facilitou a integração da cidade no sistema colonial português, logo depois da expulsão dos franceses e dos seus aliados tamoios, que ameaçavam a permanência dos colonizadores portugueses. Desde o início, a colonização portuguesa caracterizou-se pela presença dessa elite senhorial, aliada à Coroa, de outras famílias povoadoras formadas por portugueses pobres, artesãos ou pequenos produtores agrícolas, e pela escravidão, primeiro de indígenas e depois dos africanos. Os colonos capturavam indígenas para conformar a mão de obra das lavouras, até que o tráfico negreiro se tornou o principal fornecedor de força produtiva escravizada. O avanço econômico dessa elite senhorial, que possibilitou a criação de fortunas suficientes para a implantação de engenhos de cana-de-açúcar, estaria ligado ao trabalho indígena forçado, ao tráfico negreiro, ao abastecimento interno, e aos cargos de governança aos que acediam por sua aliança à Coroa (Silva, 2017).

6 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA FLORESTA DO CAMBOATÁ

Ao superpor mapas de diferentes épocas da região de Deodoro, na busca de uma reconstrução histórica através da cartografia do lugar, podemos concluir que a aldeia tamoia, o engenho, a fazenda e a estação de trem, compartilham as mesmas coordenadas geográficas, que incluem o que hoje conhecemos como Floresta de Deodoro ou Floresta do Camboatá. Rio Sacapema, aldeia Sapopéma, Engenho de Sapopemba, Fazenda Sapopemba, Estação Sapopemba... compartilharam as mesmas coordenadas geográficas, mas até que ponto podemos compreender esse espaço como sendo “o mesmo” através dos diferentes períodos históricos? Sempre foi o mesmo “lugar”?

As variações na denominação do lugar, desde Sapopéma a Deodoro, aparecem acompanhando as variações no seu uso, no sentido de “território usado” desenvolvido por Milton Santos. O lugar é a expressão do uso, o que dá significado ao território usado, e existiriam, segundo o autor, dois tipos de uso do território: como recurso ou como abrigo. Usado como recurso se apresenta como território fluido, é onde a fluidez das mercadorias pode acontecer. O espaço como recurso é o espaço das empresas. Por outro lado, o território como abrigo é o território dos “homens lentos”, do cidadão, do planeta e da natureza além dos desígnios de produtividade e eficácia. O território como recurso, enquanto território fluido, é pautado pela constituição do meio técnico-científico-informacional. Para Santos, o território é preparado pelo meio técnico-científico-informacional para se incorporar à nova fase internacional do capitalismo, para se incorporar ao processo da globalização (Santos, 1996).

Indagando sobre sua história, detectamos que o território da floresta apresenta variações enquanto sua constituição como “espaço geográfico”, no sentido de Milton Santos: pela interação entre os diferentes sistemas de objetos e sistemas de ações, através da técnica. Analisando os distintos períodos históricos, através dos diversos processos e atores que atravessaram e configuraram o território da Floresta do Camboatá, podemos detectar diferentes formas de organização social e espacial.

As mudanças na denominação desse espaço, incluindo sua passagem desde línguas indígenas para o português, podem ser observadas como o corolário de um processo de resignificação espacial, de reconstituição enquanto lugar. Talvez a maior mudança, a mais drástica e traumática desde que temos registros sobre esse território, foi a denominação de “Deodoro”. Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), militar monárquico, mas que participou junto aos republicanos do golpe de Estado de 1889 que

derrubou o governo de Dom Pedro II, proclamando a República, tornando-se o primeiro presidente do país. No início do século XX observamos o apagamento de Sapopemba, do que ficava da memória indígena do lugar, com sua denominação homenageando uma figura político-militar estreitamente vinculada aos processos que então se consolidavam. Essa área do Rio de Janeiro começava a se tornar a área que é hoje, a que abriga o maior contingente militar da América Latina¹².

Para Carvalho Ferreira, citando Milton Santos, os sistemas de ações e os sistemas de objetos não devem ser considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. O espaço é considerado como constituído-constituente: feito da interação entre o sistema das ações e o sistema dos objetos, pelo intermédio da técnica. Enquanto os objetos são as formas do espaço, as ações são o conteúdo social dessas formas. Assim, quando a sociedade altera o espaço, alterando a forma através da técnica, altera a si mesma: modifica as condições de suas ações. A técnica, considerada como o conjunto de meios instrumentais e sociais por meio dos quais a sociedade realiza sua vida, produz e cria o espaço compatível com o seu sistema de ações (Ferreira, 2019).

Diferentes configurações sociais atravessaram no passado e atravessam hoje o território da Floresta do Camboatá. Por alguma razão, ou por várias diferentes, a floresta, como objeto constituinte desse espaço geográfico, foi útil às populações humanas que conviveram com ela através do tempo. E o é até hoje, principalmente para os moradores da área metropolitana que a rodeia. Mas num contexto de aprofundamento do processo de globalização, numa sociedade cada vez mais conectada globalmente, quando o território é usado meramente como recurso por quem o domina, seus espaços são equiparáveis a mercadorias, e eles podem ser produzidos e “consumidos” também por outros, distantes.

Considerar o possível desmatamento da floresta como um processo que se iniciou na colonização, facilita nossa compreensão de como o território da Mata Atlântica vem sendo usado como recurso há mais de cinco séculos. Tombando paus-brasis pela sua intensa resina avermelhada, para tingir as roupas da burguesia europeia do século XVI, ou acabando com o último remanescente de uma floresta na cidade, para

¹²*O Dia*. *Maior área militar da América Latina terá demolições para abrir BRT*. Em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-22/maior-area-militar-da-america-latina-tera-demolicoes-para-abrir-brt.html>.

explorar esse espaço através das mídias audiovisuais numa escala global, como seria no caso do projeto do autódromo em pleno século XXI.

Sob essa ótica, não resulta estranho que certos instrumentos sociais incentivem configurações espaciais que nada tenham a ver com as necessidades dos moradores do espaço geográfico sobre o qual operam mudanças significativas. Ou melhor, que tenham a ver, mas somente com o benefício de certos grupos sociais desse território, privilegiados, em detrimento de outros. Detectamos intervenções desfavoráveis a certas formas de existência que se desenvolvem no território, enquanto beneficiam outras. Beneficiando os colonizadores portugueses, prejudicando os indígenas e africanos escravizados; beneficiando o Exército, prejudicando os moradores dessa área metropolitana.

Para David Harvey, o processo urbano, assim como com o sistema financeiro, hoje tem escopo global. Para o autor, a luta pelo direito à cidade é uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala na qual o processo de urbanização opera na contemporaneidade (Harvey, 2012). Podemos constatar a existência de instrumentos criados pelo sistema financeiro internacional intervindo em territórios e cidades do mundo todo, que usam o espaço como mercadoria. Visando o lucro que podem obter de determinada forma de produção desse espaço, o capital financeiro se alia a grupos de poder local enquanto promove ações que oprimem outros, também locais, mas subalternizados. Podemos considerar que a reiteração dessa dinâmica de produção espacial acontece – sob diferentes variáveis e acompanhando os “progressos” da civilização ocidental – na América Latina pelo menos desde a colonização, se impondo através de violência e opressão.

Mediante a técnica, objetos e ações configuram nosso espaço geográfico numa escala local e global, na constituição do meio técnico-científico-informacional conceituado por Santos. Os processos que permitiram a conservação da Floresta do Camboatá nos remetem diretamente às estruturas sociais e econômicas que a atravessaram, e os processos que põem em risco sua preservação nos alertam sobre as mudanças nessas estruturas no atual estágio da globalização.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, vol. 11, 1992.

DAVIES, Frank Andrew. **Urbanismo militar na "região olímpica"**: dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos. *Interseções*, set. 2020; 22(2), p. 249-263. doi: 0.12957/irei.2020.54486.

EGLER, Tamara Tania Cohen (org.). **Ciberpólis**: redes no governo da cidade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

EGLER, Tamara Tania Cohen; DA SILVA, Heitor Ney Mathias; KRAUS, Lalita. **A rede olímpica nos jogos do Rio de Janeiro** (The olympic network in the games of Rio de Janeiro). *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 58.553-58.579. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-314>. Acesso em: 10 fev. 2023.

EGLER, Tamara; COSTA, Aldenilson; KRAUS, Lalita (org.). **Marcas de inovação no território**. Vol. I. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**. Barcelona, 08/2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-27.htm>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FERREIRA, Carlos Henrique Jr. Carvalho. Como tudo virou cidade. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, Maria Celeste. **A formação da cidade do Rio de Janeiro na criação da Freguesia Rural de Irajá**, 1644/47. *Anais do XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*, 2018.

GATE-MPRJ. Parecer do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o EIA-RIMA do Autódromo. **INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 251/2020**. 2020.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Prefeitura do Rio de Janeiro. Marechal Hermes. **Guia das APACs.**, ano II, n. 17, 2016.

MARTINS, Ronaldo Luiz. **Mercadão de Madureira**: caminhos de comércio. Rio de Janeiro: Editora do Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.

MINISTERIO DA GUERRA, **Relatorio do Ministério da Guerra – 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

MINISTÉRIO DA GUERRA, **Relatorio do Ministério da Guerra – 1909**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

NASCIMENTO, Norma da Silva. Deodoro, zona oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. [2004].

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória**. São Paulo: RR Donnelley. Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A cidade está chegando: expansão urbana na zona rural do Rio de Janeiro (1890-1940). **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, ano II, n. 3, 07/2011, p. 114-137.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 [1996].

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020 [2015].

SILVA, Michele Helena Peixoto da. Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808).

Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.